



EXPRESSO	26. JAN. 1980	AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL		ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUGALENSE		LUTA POPULAR	
		PODER POPULAR	

A COORDENAÇÃO das relações "entre a AD, os partidos integrantes desta, o Governo e a maioria parlamentar" é uma das atribuições da Comissão Permanente da Aliança, segundo um protocolo elaborado por Lucas Pires e aceite pelos representantes dos três partidos da coligação, depois de algumas alterações acordadas.

O documento de Lucas Pires foi apreciado ontem, pelos representantes dos partidos da AD, durante uma reunião que teve lugar no largo do Caldas. A aceitação deste protocolo vem resolver alguns dos problemas com que se debatem os partidos da maioria, em particular no que se refere à posição do vice-presidente centrista.

Com efeito, depois de contestada a sua posição como porta-voz da AD, por elementos do grupo parlamentar social-democrata e pelos reformadores, Lucas Pires viu finalmente definida a sua situação. Entre as funções que lhe são especificamente cometidas, na qualidade de coordenador-geral da AD, destacam-se: representar a Comissão Permanente (e aqui, eventualmente, poderá ser levado a actuar mesmo como porta-voz); acompanhar, dinamizar e coordenar a execução das deliberações da Comissão Permanente; assegurar a ligação entre a Comissão Permanente e o Governo; e convocar e presidir à reunião da Comissão Permanente.

Por outro lado, à Comissão compete definir, em sintonia com o Primeiro-Ministro, o vice-Primeiro-Ministro e o Governo, a estratégia da Aliança Democrática; conduzir e orientar os processos eleitorais em que a AD venha a intervir como tal; definir, coordenar e orientar a acção da AD nas autarquias locais, nos Conselhos de Informação e onde a AD esteja representada comotal; coordenar a acção da AD no domínio da informação e perante todas as formas de expressão da opinião pública; assegurar as relações da AD com as forças sociais; coordenar as negociações com as forças da oposição, nos planos extragovernamental e extraparlamentar; decidir os conflitos entre os partidos da



Nos corredores de S. Bento

Pedro d'Anunciação



pedidos de ratificação quinta-feira última, estando a sessão de sexta-feira reservada para o mesmo assunto. No entanto, o Partido Comunista Português, que reuniu o seu Comité Central nesses dois dias, requereu o adiamento das sessões, o que foi aceite. Assim, só na terça-feira aqueles pedidos começarão a ser debatidos.

Na próxima semana, a Conferência dos Grupos Parlamentares poderá já tomar decisões quanto à constituição, composição e direcção das Comissões Parlamentares.

Delegação portuguesa à Assembleia Europeia

Esta semana, os deputados só se reuniram em Plenário duas vezes, quarta-feira à tarde e quinta de manhã.

Na primeira destas sessões foi eleita a delegação portuguesa à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, que passa a ser constituída pelos sociais-democratas Amândio de Azevedo, Helena Roseta e António Lacerda, pelos socialistas Salgado Zenha e Tito Morais, pelo comunista Carlos Carvalhas e pelos centrista Lucas Pires.

No mesmo dia, foram aprovadas três moções, condenando, duas delas, a prisão de Sahkarov, e a outra, a invasão do Afeganistão. Os três documentos contaram com a oposição do PCP e a abstenção da UDP.

Quinta-feira de manhã, a Assembleia da República, por unanimidade, concedeu autorização legislativa para elaborar normas de carácter penal, a propósito dos crimes contra a economia nacional. O Governo pedira prioridade e urgência para a votação deste diploma.

Dirigentes da AD aprovam protocolo para a C. Permanente

coligação e interpretar autenticamente o acordo que deu origem à Aliança Democrática; formular recomendações de política geral, no âmbito das forças políticas da AD; acompanhar e intervir na preparação das propostas de lei de carácter político-eleitoral que tenham carácter materialmente constitucional, assim como da proposta de revisão constitucional que venham a ser apresentadas pela Aliança Democrática.

A Comissão Permanente será constituída por quatro representantes de cada partido da AD.

As decisões deverão ser tomadas, se não houver consenso, por maioria qualificada de dois terços (o que implica o acordo de dois partidos, pelo menos).

A Comissão Permanente procurará registar a AD, rapidamente, no Supremo Tribunal de Justiça.

Coordenadora parlamentar institucionaliza-se

Por outro lado, os responsáveis pela AD vão institucionalizar também a sua Comissão Coordenadora da Assembleia da República. O líder parlamentar centrista, Rui Pena, encontra-se neste momento a preparar um projecto de estruturação, que deverá apresentar, na próxima semana, à Comissão Permanente. Tudo indica que aquela Comissão mantenha uma composição semelhante à da que actualmente coordena os trabalhos da maioria no Parlamento.

Este último órgão tem-se reunido regularmente, à segunda-feira, com o ministro adjunto, Francisco Balsemão.

Ratificações adiadas para terça-feira

Na próxima reunião, Balsemão apresentará aos dirigentes parlamentares da Aliança uma relação definitiva dos pedidos de ratificação que o Governo pretende manter. Segundo informação obtida junto de uma fonte do seu gabinete, essa relação não se encontra ainda concluída, mas prevê-se que sejam retirados 70 a 80 por cento dos pedidos.

A Assembleia deveria ter iniciado a apreciação dos